Município de

Cabeceiras de Basto

CONTAS CONSOLIDADAS

2018

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2018.

O artigo 75.º do citado diploma legal, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O grupo autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que esse controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do Município de Cabeceiras de Basto, o perímetro de consolidação estende-se à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e à Régie Cooperativa Terra Mais Verde (detida pelo município em 65%).

1.2 - ACTIVIDADES

O ano de 2018, primeiro ano do atual mandato autárquico 2017-2021, ficou marcado pela realização de iniciativas e obras constantes do programa que dá continuidade ao processo de desenvolvimento do concelho iniciado há vários anos e que tem como principais objetivos a construção de uma sociedade mais justa e solidária, e a promoção de um concelho mais proativo, mais competitivo e mais reconhecido, desideratos que têm vindo a ser alcançados.

A atuação da Câmara Municipal e dos serviços municipais teve como linha orientadora o Plano de Atividades e o Orçamento para 2018, documentos aprovados pela Assembleia Municipal, em dezembro de 2017.

Desta forma, no âmbito das atribuições e competências acometidas aos Municípios, a intervenção municipal deu-se em todas as áreas da atividade do Município, construindo infraestruturas, valorizando o património, promovendo a cultura, fortalecendo a política educativa e criando condições para melhorar cada vez mais o ensino e a aprendizagem, promovendo políticas de apoio às famílias e às populações mais vulneráveis, bem como à iniciativa empresarial e ao movimento associativo.

Destacamos a conquista, em novembro de 2018, do galardão das **'Autarquias Mais Familiarmente Responsáveis'** que distinguiu o Município de Cabeceiras de Basto. Este reconhecimento resultou da implementação de medidas e apoios diversos que a Câmara Municipal tem disponibilizado às famílias Cabeceirenses, seja no âmbito do

licenciamento para construção de habitação, no apoio à natalidade, na redução do preço dos bens essenciais como a água, saneamento ou recolha de lixo, na redução das taxas do IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis, na redução da taxa de IRS, nos apoios diversos às crianças e jovens estudantes, entre outros. O galardão é uma iniciativa da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em parceira com Instituto da Segurança Social, que avalia, através do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, as melhores práticas das autarquias portuguesas em matéria de responsabilidade familiar.

Cabeceiras de Basto é uma terra de valores e de gente com valor. A este nível, o ano de 2018, foi particularmente gratificante com atletas e associações desportivas a alcançarem o pódio em campeonatos regionais, nacionais e internacionais de diversas modalidades. Feitos notáveis que contribuem para o aumento do prestígio e da imagem e Cabeceiras de Basto, que a Câmara Municipal já reconheceu publicamente e de que muito se orgulha. Com efeito, Marta Teixeira, com as cores da seleção nacional feminina de futsal, conquistou a Medalha de Ouro nos Jogos Olímpicos da Juventude, na Argentina; Arnaldo Martins, piloto quad, sagrou-se Bicampeão do Mundo de Bajas (TT); Bernardino Pereira conquistou a Medalha de Ouro no Mundial de Veteranos de Atletismo; Diogo Graça, piloto de motocross e supercross, sagrou-se Campeão Nacional de Supercross SX2; Luís Gonçalves foi Campeão da Europa na modalidade Futsal (síndrome down) e, conjuntamente, com João Machado conquistaram o pódio no Campeonato do Mundo IAADS 2018 na modalidade de Atletismo; José Pacheco, ciclista, tornou-se Campeão Regional de Maratona de Vila Real e Vice-campeão Regional do XCM do Minho; o Desportivo de Arco de Baúlhe foi Campeão da Primeira Divisão Regional da AF de Braga (série D) subindo, por isso, à Divisão de Honra da Distrital; a Associação Cultural e Desportiva Águias de Alvite sagrou-se Campeã Distrital de Infantis de Futebol de Sete da AF de Braga, vencendo, ainda, o Torneio do Peso da Régua e o Cabeceiras Cup; e, ainda, a Contacto Futsal Clube que se sagrou Campeã Distrital de Futsal da AF de Braga no escalão de Infantis.

Destacam-se também distinções atribuídas a alguns produtos da nossa terra. Reconhecidos no ano anterior com medalhas de ouro, novos galardões foram atribuídos aos Vinhos Verdes da Adega do Leões (menção honrosa) e aos Licores da Casa de Encosturas (medalha de ouro) o que demonstra o sucesso empresarial destes Cabeceirenses que, dessa forma, também eles e os seus produtos elevam o prestígio de Cabeceiras de Basto.

Há dados estatísticos de 2018 referentes a Cabeceiras de Basto que refletem uma evolução social e económica positiva que nos apraz registar. Pelo segundo ano consecutivo, verificou-se um aumento das exportações de bens e serviços produzidos em Cabeceiras de Basto, Na verdade, e de acordo com o INE, as exportações a partir de Cabeceiras de Basto atingiram o valor de 6,3 milhões de euros, em 2018, quando, em 2017, o valor se situou em 6,05 milhões. Ao nível do emprego verificou-se, de acordo com os dados do IEFP, uma redução do número de indivíduos desempregados que, no final de 2017, era de 883 indivíduos e, no final de 2018, de 739 indivíduos.

Destacamos também:

No âmbito da cultura e desporto:

1. O ano de 2018 ficou fortemente marcado pelo Programa Cultural 'Mosteiro de Emoções', iniciativa que se estende até julho de 2019 e que tem como principais objetivos valorizar o nosso património e atrair e seduzir cada vez mais visitantes a Cabeceiras de Basto. Este programa integra a candidatura a fundos comunitários, através do NORTE 2020 - FEDER, designada 'Mosteiro de S. Miguel de Refojos Património Cultural Ímpar' que associa a este programa cultural obras de requalificação do Mosteiro.

   Iniciado em fevereiro de 2018, o 'Mosteiro de Emoções' tem como elemento central o Mosteiro de S. Miguel de Refojos, magnífico monumento beneditino e imponente exemplar barroco, expoente máximo

do nosso património. Dirigido a um público muito diversificado o programa desenvolve-se em três eixos temáticos: Cultura/Artes Performativas, Gastronomia/Sabores e Saúde/Bem-estar que aliam a itinerância, a combinação e a diversidade. Trata-se de um programa assente em parcerias alargadas que vão desde as Instituições locais a diversas entidades regionais e nacionais que podem assim contribuir para uma maior divulgação e promoção do Nosso Mosteiro e de Cabeceiras de Basto.

O programa é composto por 23 ações, muitas delas desmultiplicadas em várias iniciativas, relacionadas com múltiplas manifestações artísticas, de exaltação do património, mas também, da tradição e da história. No ano de 2018, ocorreram ou tiveram início: a criação de uma Sebenta do Património; a realização de um Ciclo de Tertúlias e de um Ciclo de Workshops; a criação de uma Coleção de Postais Digitais sobre o Mosteiro 'Passepartout'; a realização do Concurso de Ilustração Infantil e do Concurso Literário Nacional - Conto Infantil de Cabeceiras de Basto; a Bienal Internacional de Flauta Transversal; o festival aromático 'Cheira bem, Cheira a Cabeceiras; o Concurso para a criação de um 'Doce Cabeceirense'; as 'Danças Claustrais', os 'Sunset A...Gosto!'; os 'Concertos Rápidos'; a 'Ceia Beneditina' e Exposições temáticas.

De referir que a Câmara Municipal tem contado com inúmeros parceiros para a concretização deste vasto programa que tem merecido rasgados elogios e cativado grandes audiências. A Câmara Municipal está agradecida a todos quantos têm colaborado neste projeto de grande dimensão;

2. Cabeceiras de Basto, neste ano de 2018, inscreveu o seu nome no roteiro dos grandes eventos musicais nacionais. Depois de ter atuado na Casa da Música, no Porto, e antes de passar pelo Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a Orquestra XXI, verdadeira seleção nacional de jovens músicos portugueses radicados no estrangeiro, deu um soberbo concerto nos Claustros do Mosteiro de S. Miguel de Refojos para largas centenas de pessoas;

3. Não podemos deixar de aqui sublinhar o extraordinário trabalho desenvolvido pelo CTCMCB - Centro de Teatro da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, ao longo deste ano de 2018, que produziu inúmeros espetáculos, os quais contaram sempre com lotações esgotadas. Trata-se de um projeto cultural que assenta num profundo trabalho de recolha da história local, das tradições, dos usos e costumes, mas também no envolvimento da comunidade e na promoção da cultura. Destacamos, entre muitas outras intervenções e participações, os espetáculos: 'Há Fumeiro... e Dinheiro?'; 'A maior aventura das nossas vidas'; 'Eu sou o meu avô'; 'Aquilo que arde em nós' com duas apresentações públicas - Feira do Cavalo e Festas S. Miguel; 'Zé das Moscas' no Dia Mundial da Criança; Festival de Teatro 'Contracena'; 'O Baile' - Passeio literário; Cortejo etnográfico e 'Canções para um amor de milho rei' - projeto DezCentralizar que passou por todas as freguesias;

4. Destacamos a edição para crianças da quinta publicação em banda desenhada que a Câmara Municipal vem realizando ao longo dos últimos anos. Neste ano, a obra 'Núcleo Ferroviário de Arco de Baúlhe' da autoria de Mário Teixeira (ilustração) e texto de Fátima Magalhães e Conceição Magalhães retrata um pouco da história deste núcleo museológico. A Câmara Municipal apoiou também a Liga dos Combatentes para a edição do livro 'Monumentos aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar'.

5. No que diz respeito a manifestações desportivas, de salientar a passagem por Cabeceiras de Basto do Rally de Portugal com a realização da PEC Cabeceiras de Basto, a organização do Rali de Cabeceiras, a prova urbana de BTT 'Urban Race' e o 'Trail do Guerreiro'.

6. A Câmara Municipal deliberou, em outubro, atribuir à Campeã Olímpica de Futsal Feminino, Marta Teixeira, a Medalha de Mérito Público de Cabeceiras de Basto - Grau Prata, em sinal de reconhecimento e congratulação pelo êxito alcançado nos Jogos Olímpicos da Juventude da Argentina, ao serviço da seleção nacional, ao conquistar a medalha de ouro, feito glorioso que enche os Cabeceirenses de orgulho.

No âmbito do ambiente:

1. Entraram em funcionamento nas três vilas do concelho 34 ecopontos subterrâneos para recolha de vidro, embalagens, papel e pilhas, instalação financiada pelo programa comunitário POSEUR - PORTUGAL 2020 - Fundo de Coesão;

2. Entraram, igualmente, em funcionamento 12 novos contentores subterrâneos para lixos orgânicos indiferenciados, investimento totalmente financiado pelo Município;

3. Ao longo do ano tiveram continuidade as duas empreitadas de saneamento iniciadas no ano de 2017 e financiadas pelo programa comunitário POSEUR - PORTUGAL 2020 - Fundo de Coesão: 'Tratamento de Águas Residuais das freguesias de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau) e Painzela', obra de ampliação da rede de saneamento ao longo da EN 205 que determinará a desativação e selagem da ETAR da Cumieira, em Cabeceiras de Basto, e, ainda, a ampliação da ETAR de Refojos; 'Construção de ETAR no limite das freguesias do Arco de Baúlhe e Basto' obra que prevê a ampliação da rede de saneamento, desde a rotunda da Portela de Alvite, passando por Olela e com ligação à ETAR do Arco de Baúlhe, infraestrutura que será integralmente substituída por uma nova e que, por sua vez, levará à desativação e selagem das ETAR'S da Portela de Alvite e de Olela, em Basto;

4. Neste ano de 2018, foram adjudicadas seis obras de ampliação das redes de saneamento: uma em Chacim e outra na Senhora de Fátima, em Refojos; duas outras em Outeiro; outra em Alvite e uma outra na Faia. Em Chacim e Senhora de Fátima as obras arrancaram no final de 2018, enquanto as restantes serão executadas no ano de 2019. De referir que a empreitada de Chacim determinará a selagem da ETAR local;

5. No que diz respeito ao abastecimento público domiciliário de água, realçamos o continuado reforço de captações, a limpeza dos perímetros das mesmas, a limpeza e higienização dos depósitos e a instalação de novos equipamentos de desinfeção, mas também a construção do novo depósito de Vazelim e a adjudicação da construção do novo reservatório no Torneiro, em Gondiães. Os trabalhos de beneficiação e ampliação das redes de abastecimento atingiram uma extensão de 6,2 Km. A Câmara Municipal tem definido como prioritário o investimento na garantia do fornecimento deste bem essencial em qualidade e quantidade suficiente;

6. No âmbito das medidas compensatórias do projeto do Sistema Eletroprodutor do Tâmega a Câmara Municipal e a IBERDROLA celebraram um protocolo que visa o desenvolvimento de atividades relativas à fauna e flora nomeadamente plantações, melhorias florestais, manutenção das plantações, recolha de sementes, entre outros. O protocolo, que tem um período de vigência de 6 anos, estabelece as condições de financiamento asseguradas pela IBERDROLA pela execução, por parte do Município, das atividades relativas à fauna e flora acima mencionadas. Esta parceria entre a Câmara Municipal e a IBERDROLA apresenta inúmeras vantagens do ponto de vista ambiental e socioeconómico, atendendo ao facto de que estão em causa a recuperação de vastos espaços florestais concelhios, o fomento da economia e do emprego local.

No âmbito do património:

1. Neste capítulo assume particular importância a conclusão das obras de remodelação do piso térreo da ala poente dos Paços do Concelho para a instalação do novo SAU - Serviço de Atendimento Único e Espaço do Cidadão, obra financiada também pelo programa comunitário NORTE 2020 - FEDER e inaugurada em fevereiro;

2. Em 2018, ficaram concluídas as obras de reparação e manutenção da Central de Camionagem de Refojos, num investimento global de 80 mil euros totalmente suportado pelo orçamento municipal, obras que proporcionaram a melhoria das condições de impermeabilização e de segurança passiva e ativa daquela infraestrutura pública;

3. Assumem, igualmente, destaque as obras de Requalificação do Mosteiro de S. Miguel de Refojos, no âmbito da Candidatura "Mosteiro de S. Miguel de Refojos - Património Cultural Ímpar" aprovada e financiada pelo programa comunitário NORTE 2020 - FEDER. Estas intervenções incluíram obras, já concluídas em 2018, de restauro da antiga livraria beneditina. Incluíram, ainda, o desassoreamento da ribeira de Penoutas na envolvente do Mosteiro, obra já concluída, e também obras de reabilitação das coberturas da Igreja e ala nascente do Mosteiro de S. Miguel de Refojos e reabilitação de vãos e pinturas da fachada e torres sineiras que ficarão concluídas em 2019;

4. O Executivo Municipal de Cabeceiras de Basto deliberou aceitar a doação das Oficinas de Santa Bárbara que se propuseram executar uma intervenção de conservação e restauro na estátua 'O Basto'. A intervenção que ficou concluída em novembro muito vem valorizar o monumento 'O Basto' e teve um custo estimado de 2.750 €.

No âmbito da saúde:

1. Cabeceiras de Basto ganhou, em 2018, mais uma unidade de saúde e viu reforçada a capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados no concelho. Com efeito, através de Despacho conjunto, de 31 de dezembro de 2017, dos Ministérios das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e, ainda, da Saúde, foram autorizadas a criação de 50 novas camas em Cabeceiras de Basto integradas naquela rede. Este alargamento da resposta e subsequente assinatura de contrato-programa contemplou a Régie Cooperativa Basto Vida com 30 camas para internamentos de média duração (de 30 dias a 90 dias), o que permitiu a entrada em funcionamento da sua Unidade de Cuidados Continuados no dia 2 de abril. Foram também contempladas por aquele Despacho a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos com mais 9 camas para a sua Unidade de longa duração (mais de 90 dias) e, ainda, a Unidade de Internamento Pública de Cabeceiras de Basto, gerida pelo Hospital Senhora da Oliveira de Guimarães, que viu criadas as condições para a sua reabertura enquanto Unidade de Cuidados Continuados com 11 camas de curta duração (até 30 dias). A este propósito diga-se que, infelizmente, a reabertura desta Unidade Pública de Curta Duração ainda não se consubstanciou, o que levou a Câmara Municipal, em agosto de 2018, a "(...) *apelar formal e publicamente ao Governo e, em especial, ao Ministro do Saúde que determine à ARS-Norte o cumprimento imediato do referido despacho, através da assinatura do contrato-programa com Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães EPE*", numa tomada de posição que o Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, enviar aos mais diversos responsáveis políticos e dirigentes da área da saúde.

No âmbito da proteção civil:

1. Depois de várias diligências feitas ao longo dos últimos anos, em maio de 2018, a Câmara Municipal garantiu a criação de uma EIP - Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Cabeceirenses, ao celebrar com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e com os Bombeiros Cabeceirenses o protocolo que estabelece as condições de contratação e funcionamento da EIP. De acordo com o protocolado, a Câmara Municipal assume 50% das despesas de remuneração e dos respetivos encargos dos elementos que compõem a equipa, enquanto que a ANPC assume os outros 50%. A EIP que viria a ser instalada e a iniciar o seu funcionamento em outubro de 2018, beneficia também de uma verba de 31 mil euros, por ano, paga pela IBERDROLA durante o período de construção da Barragem de Daivões, para despesas de funcionamento.

No âmbito das infraestruturas:

1. Destacamos a execução de 21 mil metros quadrados de pavimentações em alcatrão, o que representa uma taxa de execução de 80% do previsto;
2. A execução de 4,3 mil metros quadrados de pavimentações em calçada e cubo, o que representa uma taxa de execução de 68% do previsto;
3. A pavimentação em betuminoso de 2 mil metros quadrados o que representa uma taxa de 91% do previsto;
4. A execução de 1,7 mil metros quadrados de muros de suporte em pedra o que representa uma taxa de execução de 131% do previsto;
5. A construção de 416 metros lineares de drenagem de águas pluviais o que representa uma taxa de execução de 149% do previsto;
6. A construção de 5.100 metros lineares de drenagens de esgotos o que representa uma taxa de execução de 108% do previsto;
7. A construção de 6,2 mil metros lineares de condutas de abastecimento público de água, representando 81% do previsto.

No âmbito da cooperação e apoios sociais e económicos:

A Câmara Municipal deu continuidade à atribuição de diversos apoios às famílias, aos empresários e instituições, destacando-se:

1. O Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, que tem como objetivo promover o aumento da natalidade e a fixação e melhoria das condições de vida das famílias. No decorrer do ano de 2018 foram aprovados pelo Executivo Municipal 85 requerimentos, a que correspondeu um apoio financeiro total de 42.500,00 euros;
2. O Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária, que tem como objetivo o apoio à fixação e rejuvenescimento da força de trabalho motora do desenvolvimento rural. Em 2018 foram pagos 177 apoios no montante global de 16.745,00 euros referentes às candidaturas de 2017. Neste mesmo ano de 2018 deram entrada nesta Câmara Municipal

152 requerimentos, encontrando-se os mesmos no final do ano em análise pelos serviços da Autarquia, tendo em vista a sua aprovação;

3. O Regulamento Municipal de Apoio à Iniciativa Empresarial e Económica nas Áreas Agrícola, Pecuária ou Florestal, o qual visa promover o empreendedorismo, melhorando a competitividade local e regional. O apoio traduz-se na atribuição de um montante pecuniário de 1.000,00 euros para pessoas coletivas ou individuais que tenham iniciado ou reiniciado uma atividade principal nas áreas agrícola, pecuária ou florestal, com investimento e/ou exploração no concelho de Cabeceiras de Basto. Foram aprovados pelo Executivo Municipal 19 requerimentos no ano de 2018, representando um apoio financeiro total de 19.000,00 euros;

4. O Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo do Município de Cabeceiras de Basto, através do qual foram atribuídas 31 Bolsas de Estudo referentes ao ano letivo de 2016/2017, num montante global 20.475,00€;

5. No âmbito da Legislação que regulamenta a Ação Social Escolar, foram atribuídos 46 Auxílios Económicos para os estudantes do Ensino Secundário, referentes ao ano letivo de 2016/2017, num montante global 33.810,00€;

6. O apoio ao movimento associativo e outras organizações da sociedade civil que atingiu, no ano de 2018, o montante global de 316 mil euros, e que teve como objetivo apoiar a execução de obras e a dinamização das atividades;

7. A celebração do Contrato-Programa com a Régie-Cooperativa Basto Vida, que permitiu a transferência de 349.000,00 euros para a dinamização de diversas atividades de interesse público para o município;

8. A transferência do valor de 100.000,00 euros para a Freguesia de Alvite e Passos para a construção de um relvado sintético no Campo de Jogos Coronel Cunha Reis.

No âmbito da comunicação e informação:

1. A ação política municipal pautou-se pelo rigor e transparência, princípios e valores que prezamos e dos quais não abdicamos enquanto responsáveis políticos legitima e legalmente investidos para a gestão autárquica. Nesse sentido, cumprimos o Estatuto do Direito de Oposição fornecendo sempre aos titulares do direito de oposição toda a informação que pelos mesmos foi solicitada, bem como toda a que se considerou relevante e que permitisse a todos uma avaliação correta da atividade municipal. Destaca-se aqui o fornecimento mensal aos senhores vereadores de relatório minucioso sobre toda a atividade municipal, relatórios que são também disponibilizados à Assembleia Municipal. No que diz respeito à informação disponibilizada aos Cabeceirenses, de referir que continuam públicas todas as reuniões do Executivo Municipal. Foi editado, no final de 2018, um Boletim Municipal referente à atividade autárquica do ano de 2017 e do primeiro semestre de 2018. É mantida e atualizada a informação no sítio da Câmara Municipal na internet e no facebook institucional. São produzidas notas de imprensa das deliberações, iniciativas, ações e outras atividades municipais e enviadas aos órgãos de comunicação social, pelo que fomos notícia na rádio e nos jornais locais e na imprensa regional e nacional. O programa 'Mosteiro de Emoções' tem despertado grande curiosidade e interesse nos media e, por isso, fomos, ao longo do ano, presença assídua em inúmeros programas dos canais televisivos. A

taxa de divulgação é muita significativa e os recortes de imprensa podem ser consultados no site do Município.

Outros destaques:

O ano de 2018 ficou também marcado pela visita do Presidente da Assembleia da República, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, que honrou o concelho de Cabeceiras de Basto ao aceitar presidir à cerimónia do Dia do Município que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 29 de setembro, cerimónia na qual foram homenageados um desportista cabeceirense e três associações locais que se destacaram pelos seus feitos extraordinários no panorama desportivo local, regional, nacional e internacional. Recorde-se que esta foi a primeira visita de um Presidente da Assembleia da República a Cabeceiras de Basto.

Ao longo do ano de 2018, Cabeceiras de Basto recebeu ainda a visita de vários membros de governo, presenças que muito honraram a Câmara Municipal e que representam as boas relações institucionais existentes entre o poder local e o poder central. Desde logo, a visita do Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, que inaugurou, em novembro, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) de Média Duração da Basto Vida; o Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão Rodrigues, que visitou, em fevereiro, a Academia de Música de Cabeceiras de Basto; o Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. José António Vieira da Silva, que visitou, em outubro, a freguesia de Cabeceiras de Basto e a Fundação António Joaquim Gomes da Cunha; o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Luís Capoulas Santos que visitou, em maio, a Associação de Desenvolvimento Rural - Mútua de Basto/Norte no decurso das comemorações dos 30 anos desta Associação; a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dra. Graça Fonseca, que presidiu à inauguração do SAU - Espaço do Cidadão, em fevereiro; o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Luís Carneiro, que visitou, em agosto, a Freguesia de Abadim por ocasião da realização da sua Feira Tradicional e, ainda, o Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel, que presidiu, em maio, à cerimónia de assinatura do contrato-programa para a remodelação do Campo de Futebol Coronel Cunha Reis, na freguesia de Alvite.

Como vem acontecendo, ano após ano, Cabeceiras de Basto celebrou ABRIL com a realização de diversas iniciativas que arrancaram com uma tertúlia intitulada 'José Guilherme de Sousa - Transição da ditadura para a democracia em Cabeceiras de Basto', iniciativa que lotou o auditório da Casa do Tempo. Tratou-se de uma homenagem póstuma ao ilustre Arcoense, abrilhantada pelo Centro de Teatro - CTCMCB que protagonizou uma breve representação baseada na vida de José Guilherme de Sousa (1918 - 1991), ele que foi uma figura marcante na história da luta antifascista em Cabeceiras de Basto e no país, combatendo o regime de Salazar por mais de 20 anos enquanto militante do Movimento Democrático Português (MDP) e, mais tarde, do MDP-CDE.

No dia 25 de abril realizou-se a cerimónia oficial evocativa da efeméride com uma Sessão Solene da Assembleia Municipal antecedida pelo Hastear da Bandeira Nacional com guarda de honra dos Bombeiros Voluntários Cabeceirenses. Para além das já habituais provas desportivas, o 25 de Abril ficou ainda marcado pela inauguração da Pintura Mural 'O teu nome pela Liberdade' e pelo Concerto da Banda Cabeceirense.

Foi um ano de intenso trabalho realizado de forma equitativa por todos os espaços, aldeias e freguesias e abrangendo todos os setores da atividade humana. Tivemos como preocupação principal a promoção da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos e a satisfação das suas necessidades básicas tendo em vista a criação de condições para um desenvolvimento sustentável que fixe os investidores, os trabalhadores e a

população em geral. Vamos continuar a trabalhar com toda a determinação, com as pessoas e para as pessoas, na certeza de que muito mais há para fazer.

A Basto Vida, ao longo do ano de 2018, realizou diversas atividades e iniciativas, em todas as áreas da sua intervenção, nomeadamente, ação social e saúde, educação e formação, iniciativas socioculturais, prestação de serviços e parcerias institucionais, destacando-se o Convívio Mais Vida: Saúde e Solidariedade, o XVIII Encontro de Quadras de S. Martinho e a Festa de Natal dos ECL's. A sua atividade veio dar resposta e apoiar muitas famílias cuja debilidade económica ou social as impede de vencer dificuldades ou encontrar as melhores soluções para os seus problemas. Pretendeu a Basto Vida contribuir para o aumento da qualidade de vida das populações promovendo o envelhecimento ativo, saudável e sustentado, através da dinamização de dezoito Espaços de Convívio e Lazer, mas também da dinamização do Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão, do Serviço de Audiologia, da Hipoterapia, dos Programas "Livros Sociais" e "Medicamentos Sociais", entre outros.

A Basto Vida assegurou ainda as atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo, entre outros serviços e iniciativas que concretizou de acordo com o Plano e Orçamento aprovado para o ano de 2018.

Na sequência do Despacho, de 29 de dezembro de 2017, dos Ministérios das Finanças, da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social, a Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida foi integrada na Rede de Cuidados Continuados o que permitiu que em 2 de abril de 2018 iniciasse o funcionamento daquela Unidade, tendo a mesma como principal objetivo a prestação de cuidados adequados, de saúde e apoio social, a indivíduos que independentemente da idade se encontrem em situação de dependência, por patologia aguda e/ou crónica com défice de autonomia nas atividades de vida diária, com critérios específicos para o processo de reabilitação, num período compreendido entre os 30 a 90 dias. Baseando a sua intervenção no princípio dos 3 R's - **Reabilitação, Readaptação e Reinserção.**

A Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida, desde a sua abertura acolheu 126 utentes, registando uma taxa de ocupação de 100% no ano de 2018, tornando-se uma resposta atual às necessidades de cuidados de saúde e sociais, principalmente na população idosa.

Relativamente à **Terra Mais Verde**, esta Régie Cooperativa não realizou atividades de caráter relevantes, apenas de mero expediente.

1.3 - ANÁLISE DO BALANÇO

A estrutura patrimonial do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, bem como a sua evolução entre exercícios, está representada no Balanço apresentado, através do Ativo, Passivo e Fundos Próprios, que representam, respetivamente, os bens e direitos do Município, as suas obrigações e responsabilidades para com terceiros e o seu património.

O Ativo Liquido do grupo ascendeu, no final de 2018, a 93 milhões de euros, já considerado o montante relativo a acréscimos e diferimentos.

O Ativo Liquido é constituído em grande parte por bens do domínio público (33%) e Imobilizações corpóreas (63%). Da análise da rubrica bens de domínio público verificamos que esta é constituída essencialmente por construções e infraestruturas, nomeadamente a Rede Viária, Rede de Abastecimento de Água e Rede de

Saneamento. No que concerne às imobilizações corpóreas, verifica-se que as rubricas mais relevantes respeitam a Edifícios e outras construções, designadamente as Escolas, os Edifícios Culturais (Casa da Música, Casa da Cultura, Biblioteca, outros) e Equipamentos Desportivos (Pavilhões Desportivos, Piscinas, Centro Hípico, entre outros), bem como imobilizações em curso, das quais destacamos as seguintes obras: Beneficiação de edifícios municipais, infraestruturas em equipamentos desportivos, de recreio e lazer, abastecimento de água, construção de parques industriais, iluminação pública e rede viária.

Os fundos próprios apresentam, no final de 2018, o montante de 64 milhões de euros.

As dívidas de longo prazo e os proveitos diferidos são as rubricas mais significativas do passivo e representam 16% e 70%, respetivamente. As dívidas de longo prazo respeitam a empréstimos bancários contraídos pelo município.
No que respeita a liquidação de empréstimos, no ano de 2018 foram pagos 667 mil euros, sendo 64 mil euros destinados ao pagamento de juros e outros encargos, e os restantes 603 mil euros a amortização de capital. Os proveitos diferidos respeitam a subsídios ao investimento.

O balanço consolidado evidencia a existência de equilíbrio financeiro.

1.4 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, numa ótica de custos e proveitos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido negativo na ordem de 1.155 mil euros.

A estrutura de custos é moldada essencialmente pelas rubricas de custos com pessoal (36%), amortizações (26%) e fornecimentos e serviços externos (25%). Os proveitos relevam as transferências e subsídios (55%), impostos e taxas (14%) e prestações de serviços (18%).

1.5 - ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e de capital, assim como das operações de tesouraria. Evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, de acordo com a sua proveniência (execução orçamental ou operação de tesouraria).
O rigor com que o orçamento foi executado permitiu continuar, à semelhança dos anos anteriores, a manter o Equilíbrio Orçamental das contas do Município, com as receitas correntes superiores às despesas correntes.
A receita cobrada em 2018 cifrou-se em 15,9 milhões de euros, dos quais 13,6 milhões respeitam a receitas de natureza corrente e 2,3 milhões a receitas de capital. De notar que as receitas dependem essencialmente das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários.

O total da despesa realizada em 2018 ascendeu a 15,8 milhões de euros, dos quais 11,7 milhões respeitam a despesa de natureza corrente e 4,1 milhões a despesa de capital.

1.6 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que mereçam ser relatados.

1.7 - PREVISÃO/EVOLUÇÃO FUTURA

O Grupo Municipal é constituído pelo Município de Cabeceiras de Basto, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Régie Cooperativa Terra Mais Verde.

2-BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas POCAL	Activo	Exercícios 2018 AB	2018 AP	2018 AL	2017 AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	678 903		678 903	678 903
452	Edifícios				
453	Outras construções e infraestruturas	73 156 295	46 695 278	26 461 018	28 468 671
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	977 078	127 065	850 013	856 473
445	Imobilizações em curso	2 746 566		2 746 566	3 036 072
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		77 558 843	46 822 343	30 736 500	33 040 119
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
439	Outras				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	5 871 898		5 871 898	5 952 952
422	Edifícios e outras construções	43 473 046	5 727 391	37 745 655	35 366 374
423	Equipamento básico	780 737	510 287	270 450	307 030
424	Equipamento de transporte	1 446 588	1 166 628	279 960	277 125
425	Ferramentas e utensílios	45 032	37 468	7 564	9 596
426	Equipamento administrativo	1 551 981	1 408 166	143 815	125 226
427	Taras e vasilhame				
428	Grandes Reparações	428 778		428 778	428 778
429	Outras imobilizações corpóreas	3 606 445	3 101 460	504 984	559 256
442	Imobilizações em curso	13 365 639		13 365 639	13 579 529
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		70 570 144	11 951 400	58 618 744	56 605 865
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	115 669		115 669	114 464
412	Obrigações e títulos de participação	368 262		368 262	572 851
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		483 931		483 931	687 314
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166 849		166 849	177 458
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		166 849		166 849	177 458
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Cliente, c/c	311 335		311 335	59 714
212	Contribuintes, c/c	11 361		11 361	8 666
213	Utentes, c/c	298 549		298 549	237 316
2177	Cauções diversas	0			
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvi	146 370	146 370		
251	Devedores pela execução do orçamento	0			
229	Adiantamentos a fornecedores	0			
2619	Adiantamentos a fornecedores do imobilizado	0			
24	Estado e outros entes públicos	24 447		24 447	46 062
264	Administração autárquica	0			
62+263+267+21	Outros devedores	148 042		148 042	1 118 341
		940 105		793 734	1 470 100
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1 120 989		1 120 989	1 077 029
11	Caixa	33 451		33 451	20 845
		1 154 441		1 154 441	1 097 874
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 072 873		1 072 873	1 045 946
272	Custos diferidos	25 032		25 032	37 461
		1 097 905		1 097 905	1 083 407
	Total de amortizações		58 773 742		54 701 396
	Total de provisões		146 370		146 370
	Total do activo	131 992 217	58 920 113	73 072 104	94 142 137

Código das Contas POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios 2018	2017
	Fundos Próprios:		
51	Património	50 568 191	50 157 571
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	200 525	199 030
572	Reservas estatutárias	11 747	10 251
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	109 002	81 927
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
578	Edifícios Escolares (DL)	1 845 609	1 845 609
59	Resultados transitados	12 352 664	13 710 482
88	Resultado líquido do exercício	-1 154 787	-1 443 978
	Interesses Minoritários	206 472	113 041
	Total dos fundos próprios	**64 139 424**	**64 673 932**
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos	330 032	530 069
	Dívidas de Longo Prazo	4 633 983	4 957 102
		4 964 015	**5 487 170**
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	636 112	312 840
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	127 856	35 696
252	Credores pela execução do orçamento		
216+217+219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	1 171 065	736 327
24	Estado e outros entes públicos	165 055	161 973
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	321 108	754 339
217+26131	Garantias e cauções	370 929	409 896
		2 792 126	**2 411 071**
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	786 995	832 443
274	Proveitos diferidos	20 369 544	20 757 521
		21 156 540	**21 589 964**
	Total do Passivo	**28 912 681**	**29 488 206**
	Total dos fundos próprios e do passivo	**93 052 104**	**94 162 137**

3 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Código das Contas	Designação	Exercícios 2018		2017	
	Custos e Perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	11 445	11 445	16 790	16 790
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos		4 155 066		3 732 438
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	4 749 443		4 514 192	
643 a 648	Encargos sociais	1 277 635	6 027 077	1 160 077	5 674 269
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais		1 294 941		1 371 378
66	Amortizações do exercício		4 427 338		4 353 568
67	Provisões do exercício		0		0
65	Outros custos e perdas operacionais		23 001		3 298
	(A) Custos e perdas operacionais		**15 938 869**		**15 151 741**
68	Custos e perdas financeiros	69 245	69 245	82 991	82 991
	(C) Custos e perdas correntes		**16 008 113**		**15 234 733**
69	Custos e perdas extraordinários	775 916	775 916	786 398	786 398
	(E) Custos e perdas do exercício		**16 784 029**		**16 021 131**
88	Resultado líquido do exercício		**-1 061 355**		-1 436 506
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias		4 565		6 091
7112+7113	Vendas de produtos		511 533		497 279
712+713	Prestação de serviços		2 781 481		2 081 268
72	Impostos e taxas	2 215 736	2 215 736	2 208 002	2 208 002
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade	150 094	150 094	569 790	569 790
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos	8 656 577	8 656 577	8 348 894	8 348 894
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	55	55	8	8
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		**14 320 039**		**13 711 332**
78	Proveitos e ganhos financeiros	461 870	461 870	42 344	42 344
	(D) Proveitos e ganhos correntes		**14 781 910**		**13 753 676**
79	Proveitos e ganhos extraordinários	940 765	940 765	830 948	830 948
	(F) Proveitos totais		**15 722 674**		**14 584 624**

RESUMOS	31.12.2018	31.12.2017
Resultados operacionais (B) - (A) =	-1 618 829	-1 440 409
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =	392 626	-40 647
Resultados correntes (D) - (C) =	-1 226 204	-1 481 056
Resultado líquido do exercício	-1 061 355	-1 436 506
Interesses Minoritários	93 432	7 471
Resultado líquido após interesses Minoritár	-1 154 787	-1 443 978

4- MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1 097 874€	Despesas orçamentais		15 818 776€
Execução orçamental	454 763€		Correntes	11 676 192€	
Operações de tesouraria	643 111€		Capital	4 142 584€	
Receitas		15 909 041€	Operações de Tesouraria	1 643 542€	1 643 542€
Correntes	13 651 953€				
Capital	2 257 088€		Saldo para a gerência seguinte		1 154 441€
Outras receitas	- €				
			Execução orçamental	545 028€	
Operações de Tesouraria		1 609 844€	Operações de tesouraria	609 413€	
Total		18 616 759€	Total		18 616 759€

5-ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais o Município de Cabeceiras de Basto vem apresentar o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício económico de 2018.

5.1 - INFORMAÇÃO RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

a) **Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:**

DENOMINAÇAO	*SEDE*	*MOTIVO DE INCLUSAO NA CONSOLIDAÇÃO*
Municipio de Cabeceiras de Basto	Praça da República n.º 467 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Entidade Mãe
BASTO VIDA- Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde, CRL	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 80% pelo Município
REGIE COOPERATIVA - Terra Mais Verde	Praça da República 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 65% pelo Município

FUNÇÃO	N.º FUNCIONÁRIOS		
	CMCB	Basto Vida	Terra Mais Verde
Dirigente Intermédio	6		0
Técnico Superior	32	11	0
Especialista de informática	1		
Assistente Técnico	45	7	0
Assistente Operacional	132	48	0
Policia Municipal	6	0	0
Pessoal Não Docente	82	0	0
Professores		25	0
Enfermeiros		7	0
Outros	5	0	0
Total	309	98	0

b) **Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:**

As seguintes entidades excluem-se do perímetro de consolidação por não se verificar a existência ou presunção de controlo por parte do Município de Cabeceiras de Basto.

DENOMINAÇÃO	SEDE	VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	% CAPITAL DETIDO PELO MUNICÍPIO	RLE - ANO 2018
RESINORTE	Codessoso, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	70.348 €	0,88%	562.416 €
TCR-Desenvolvimento e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	5.000 €	2,85%	Não possuímos elementos contabilísticos, embora os mesmos já tenham sido solicitados
ADREDT,SA	Apartado 60 4600 Amarante	29.327 €	4,45%	Não possuímos elementos contabilísticos, embora os mesmos já tenham sido solicitados
MUNICIPIA,SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	4.988 €	0,15%	6.093 €

5.2 - INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.**

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas e respetivos procedimentos de consolidação de contas por se entender que refletem a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e económica do município.

b) **Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

No ano de 2018, não houve alteração do perímetro de consolidação.

5.3 - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) **Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra- contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Os movimentos de consolidação efetuados resultam de:

a.1) Eliminação das participações financeiras

Basto Vida

		DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
	411	Partes de Capital		2 000		2 000
	51	Património	2 000		2 000	
5X		Interesses Minoritários de Balanço		500		500
	51	Património	500		500	
5X		Interesses Minoritários de Balanço		93 432		7 479
8x		Int Minoritários Dem Resultados	93 432		7 479	
5X		Interesses Minoritários de Balanço		78 943		71 464
	571	Res Legal	2 937		2 563	
	572	Reservas Estatutárias	2 937		2 563	
	59	Resultados Transitados	73 069		66 338	
		TOTAL	174 875	174 875	81 443	81 443

Terra Mais Verde

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411	Partes de Capital		65 000		65 000
51	Património	100 000		100 000	
57	Reservas Legais	26		26	
59	Resultados Transitados		1 429		1 421
5x	Interesses Minoritários Balanço		33 598		33 598
8X	Int Minoritários Dem Resultados		0		8
	TOTAL	100 026	100 026	100 026	100 026

a.2) Eliminação das transações intra - grupo

Basto Vida

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62	Fornecimentos e serviços externos		16 913		16 913
63	Transf.sub cor conced e prest. Sociais		349 000		349 000
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	3 163		3 163	
69	Custos e perdas extraordinários				
711+712	Prestação de serviços	13 750		13 750	
74	Transferências e subsídios	349 000		349 000	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
62	Fornecimentos e serviços externos (água)		3 251		1 757
7112+7113	Vendas de produtos	2 276		1 230	
712+713	Prestação de serviços	975		527	
	TOTAL	369 164	369 164	367 670	367 670

a.3) Eliminação de saldos intra - grupo

Basto Vida

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
21	Clientes		10 763		0
22	Fornecedores	10 763		0	
	TOTAL	10 763	10 763	0	0

a.4) Anulação do MEP

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411	Partes de Capital		2 089 550		1 781 361
59X	Resultados Transitados	107 232		77 316	
78x	Proveitos e Ganhos Financeiros	373 727		29 916	
55x	Ajustamentos de partes de capital em empresas	1 608 591		1 674 129	
	TOTAL	2 089 550	2 089 550	1 781 361	1 781 361

a.5) Anulação do imóvel doado pelo Município à Basto Vida

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
44	Imobilizado em curso				52 788
42x	Edificios e outras construções	130 962		183 750	
482x	Edificios e outras construções		30 176		32 156
66x	Amortizações do exercicio	317		2 297	
274x	Subsídios ao investimento	52 788			0
59	Resultados Transitados		153 891	29 859	130 962
	TOTAL	184 067	184 067	215 906	215 906

a.6) Anulação dos subsídios à Basto Vida

	DESIGNAÇÃO CONTA	2018		2017	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
44	Imobilizado em curso		169 800		169 800
274x	Subsídios ao investimento	441 054		515 471	0
59	Resultados Transitados		301 365		345 671
79	Proveitos e ganhos extraordinários	30 111			
	TOTAL	471 165	471 165	515 471	345 671

b) Discriminação da rubrica "diferenças de consolidação", com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 3.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;

Não aplicável

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável

h) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1.das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, bem como das razões que justificaram a sua utilização;

As taxas de amortização praticadas pela Basto Vida decorrem de estimativas quanto ao período de vida útil dos bens sujeitos a depreciação. O Município amortiza os ativos de acordo com as taxas de amortização previstas no CIBE. No entanto, verifica-se que para alguns bens as taxas são coincidentes, para outros as diferenças são reduzidas. Assim, dada a imaterialidade do ajustamento e a complexidade no acompanhamento e controlo dos movimentos do imobilizado não foram introduzidos, nas demonstrações financeiras consolidadas qualquer ajustamento relativo há homogeneização das amortizações do exercício.

i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

As participações de capital noutras empresas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

5. 4.INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.°, n.° 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Código/designação das contas	*Dívidas a terceiros de médio/longo prazo*			*Eliminação dos créditos/dívidas recíprocos*	*Grupo público consolidado*
	Município de Cabeceiras de Basto	*Basto Vida e Terra Mais Verde*	*TOTAL*		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23-Empréstimos obtidos	4.633.983	0	4.633.983		4.633.983
Total	4.633.983		4.633.983		4.633.983

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade, no caso apenas a Câmara Municipal.

Caracterização do empréstimo	Data de contratação do empréstimo	Prazo	Visto do TC			Finalidade do empréstimo	Dívida em 31 de Dezembro de 2018
			C	N.º Registo	Data		
Curto Prazo:							
Total Curto Prazo...							- €
Médio e longo prazos:							
Caixa Geral de Depósitos:							
Empréstimo de 40.000 contos (Intempéries - DL 38-C/2001)	13/06/2001	22/08/2001	20	17	0	Intempéries (I) - art.º 4º da Lei 2-A/2001 de 8/2	35 897,85€
Empréstimo de 750.724,40€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	30/04/2002	23/08/2002	20	16	2230/02	11/09/2002	Revitalização da Área Central de Cabeceiras de Basto (I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002	50 731,96€
Empréstimo até 680.224,63€ - Investimento	26/09/2002	18/11/2002	20	16	2671/02	13/11/2002	Financiamento complementar de projectos aprovados ao abrigo do III QCA - Componente não bonificada (I) - art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05 - 1ª alteração à LOE/2002	176 177,23€
Empréstimo de 500.000€ (Amortizações efectuadas)	11/12/2002	17/12/2002	20	16	3496/02	16/01/2003	Financiamento complementar de projectos inscritos em Plano de Actividades - 2002 (N)	132 436,01€
Empréstimo até 691.210,00€ - artigo	08/09/2004	20/09/2004	20	14	2381/04	03/11/2004	Financiamento complementar de (N)	243 763,99€
Empréstimo até 752.000,00€ - artigo 19º da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 - OE/2005	06/04/2005	11/04/2005	20	13	985/05	20/05/2005	Financiamento complementar de projectos (N)	284 052,89€
Empréstimo até 445.455,60€ - Habitação Social em Arco de Baúlhe	22/02/2006	16/08/2006	25	12	1519/06	29/08/2006	Financiamento complementar da aquisição de 21 fogos, destinados a habitação social, sitos no Arco de Baúlhe (I) - n.º 9.º do art.º 33.º da LOE/2006 - despacho n.º 22 262/2006, da Presid. Concelho de Ministros, publicado no D.R. n.º 212, 2ª série, de 03/11	237 217,12€
Empréstimo até 1.070.789,00€ - artigo 33º da Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 - OE/2006	27/09/2006	06/11/2006	20	12	1992/06	27/03/2007	Financiamento de investimentos inscritos em PPI (N)	494 301,16€
Empréstimo até 2.500.000,00€ - Financiamento complementar de projectos	22/09/2008	27/10/2008	20	10	1461/08	18/12/2008	Financiamento complementar de projectos (N)	1 496 510,02€
Empréstimo até 976.121,29€ - Financiamento complementar destinado aos Centros Escolares de Refojos e Arco de Baúlhe	27/11/2008	28/01/2009	20	9	215/09	21/05/2009	Financiamento complementar de projectos - Centros Escolares de Refojos e Arco de Baúlhe (I) - n.º 6, artº 39º da Lei 2/2007, de 15/01	597 824,32€
Empréstimo até 700.000,00	17/09/2010	06/10/2010	20	8	1499/10	30/12/2010	Financiamento de Projectos de investimento (N)	508 265,32€
Empréstimo MLP até 561.943€ para fianciamento de projeto com comparticipação de Fundos Europeus	27/04/2018	03/10/2018	20	1	2025/20	17/10/2018	Financiamento de Projetos de investimento (N)	- € 280 197,12€
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto, C.R.L.								
Empréstimo de MLP até ao montante de 220.152,47€, por 15 anos, para financiamento de projetos com comparticipação de fundos europeus no âmbito do POSEUR - Ciclo Urbano da Água	29/06/2018	21/09/2018	15	0	3156/20	29/11/2018	Financiamento de projetos com comparticipação de fundos europeus no âmbito do POSEUR - Ciclo Urbano da Água (N)	- €
Banco Espírito Santo:								
Empréstimo a Longo Prazo (artigo 19º da Lei nº 32-B/2002 de 30/12)	04/06/2003	24/07/2003	20	15	1846/03	11/09/2003	Financiamento complementar de projectos aprovados ao abrigo do III QCA	96 608,00€
Programa Pagar a Tempo e Horas - Empréstimo até 766.667,00€	17/04/2008	30/09/2008	10	10	1349/08	31/10/2008	Pagamento de dívidas a fornecedores no âmbito do "Programa Pagar a Tempo e Horas" (N)	- €
Total Médio e Longo Prazo ...								4 633 982,99€
Total Geral ...								4 633 982,99€

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.° 46.°, n.° 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

	Município de Cabeceiras de Basto/Basto Vida									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		349 000		349 000	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais		20 164		9 401	10 763					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0					0
Total	0	369 164	0	358 401	10 763	0	0	0	0	0

	Basto Vida/Município de Cabeceiras de Basto									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
Tipo de fluxos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul.no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anul.no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0		349 000		349 000	0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais					0		20 164		9 401	10 763
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	0	0		0	0
Total	0	0	0	0	0	0	369 164	0	358 401	10 763

Não existiram fluxos financeiros entre a Régie Cooperativa Terra Mais Verde e o Município.

5.6 - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Não existem outros compromissos financeiros para além dos que constam do Balanço.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem responsabilidades por garantias prestadas.

5. 7 - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

RUBRICA	CMCB	BASTO VIDA/TERRA MAIS VERDE
Bens de Domínio Público	Custo de produção ou de aquisição, valor de avaliação/valorização quando da aplicação do POCAL Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Não aplicável
Imobilizado Corpóreo/ativo fixo tangível	Custo de produção ou de aquisição; Bens obtidos a título gratuito-valor resultante da avaliação ou VPT, caso não seja exequível, o imobilizado assume valor zero; Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Custo de produção ou de aquisição; Depreciações calculadas pelo método da linha reta de acordo com a vida útil esperada
Imobilizado Incorpóreo/ ativo intangível	Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento amortizadas num prazo máximo de 5 anos.	Não aplicável
Investimentos financeiros	Custo de aquisição; Quando, a data do balanço, os investimentos financeiros apresentarem um valor de mercado inferior ao contabilístico, deve ser reconhecido um ajustamento.	Não aplicável
Existências	Custo de aquisição; Custeio das saídas: FIFO	Não aplicável
Dívidas de/a terceiros	Reconhecidas de acordo com o valor dos documentos que as titulam	Custo de aquisição
Disponibilidades	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

b) Cotações utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não existem saldos em moeda estrangeira

5. 8. - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINDAS RUBICAS

a)Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

Não aplicável

b)Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas despectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e Recursos Naturais	678 903					678 903
Edifícios						
Outras construções e	71 631 152		1 525 143			73 156 296
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público	977 078					977 078
Imobilizações em curso	3 036 072		511 931		-801 438	2 746 566
Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
	76 323 206	0	2 037 075	0	-801 438	77 558 843
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de						
Propriedade industrial e outros						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de						
Outras						
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	5 952 952		52 075		-133 128	5 871 898
Edifícios e outras construções	40 494 517	-8 345	3 039 662		-52 788	43 473 046
Equipamento básico	951 868	8 653	30 724		-210 507	780 737
Equipamento de transporte	1 546 152	15 719	37 052		-152 335	1 446 588
Ferramentas e utensílios	45 032					45 032
Equipamento administrativo	1 480 789	-2 551	91 072		-17 329	1 551 981
Taras e vasilhame						
Grandes reparações	428 778					428 778
Outras imobilizações corpóreas	3 544 557		66 416		-4 529	3 606 445
Imobilizações em curso	13 579 529		2 858 739		-3 072 629	13 365 639
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	68 024 175	13 477	6 175 738	0	-3 643 245	70 570 144
De investimentos financeiros:						
Partes de capital	114 464		1 205			115 669
Obrigações e títulos de	572 851	-204 589				368 262
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	687 314	-204 589	1 205	0	0	483 931

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
AMORTIZAÇÕES				
De bens de domínio público				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios				
Outras construções e infraestruturas	43 162 481	3 532 796		46 695 278
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de dominio público	120 605	6 460		127 065
	43 283 086	**3 539 256**	**0**	**46 822 343**
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	**5 128 143**	**599 248**		**5 727 391**
Equipamento básico	**644 838**	**51 224**	**-185 774**	**510 287**
Equipamento de transporte	**1 269 027**	**45 115**	**-147 515**	**1 166 628**
Ferramentas e utensílios	**35 437**	**2 031**		**37 468**
Equipamento administrativo	**1 355 563**	**69 235**	**-16 632**	**1 408 166**
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	**2 985 301**	**118 933**	**-2 773**	**3 101 460**
	11 418 310	**885 786**	**-352 695**	**11 951 400**
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	54 701 397	**4 425 042**	**-352 695**	**58 773 743**
PROVISÕES				
Para cobranças duvidosas	**146 370**	**0**	**0**	**146 370**
Débitos ao tesoureiro (anos anteriores)	146 370			146 370
Para riscos e encargos	**530 069**	**0**	**-200 037**	**330 032**
Processos judiciais em curso	530 069		-200 037	330 032

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Os custos com os empréstimos obtidos são reconhecidos como custos do período em que ocorrem.

d)Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;
Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;
Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;
Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.
Não aplicável

i)Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;
Não aplicável

j)Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

MAPA DE VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Vendas e prestações de serviços	*Montante*	*%*
Vendas		
Mercadoria	*4 565*	*0,1%*
Água	*511 533*	*15,5%*
	516 098	***15,7%***
Prestação de serviços		
Resíduos sólidos	*358 022*	*10,9%*
Trabalhos por conta de particulares	*1 650*	*0,1%*
Instalações desportivas, culturais e recreativas	*137 542*	*4,2%*
Educação	*125 688*	*3,8%*
Outros	*2 158 579*	*65,5%*
TOTAL	*3 297 578*	*100,0%*

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

PERÍODO DE GESTÃO DE 01/01/2018 a 31/12/2018

Nome	Órgão Executivo Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto		Conselho de Administração Basto Vida		Conselho de Administração Terra Mais Verde		Órgão de Fiscalização		
	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida	Situação na entidade	Remuneração líquida	CMCB	Basto Vida	Terra Mais Verde
Francisco Luís Teixeira Alves	Presidente (12/01/2018 a 14/12/2018)	33 166,13€							
Mário Machado Pinto Oliveira	Vice Presidente (12/01/2018 a 13/04/2018 e 11/05/2018 a 14/12/2018)								
Jorge Agostinho Borges Machado	Vereador (12/01/2018 a 25/05/2018 e 13/07/2018 a 23/11/2018)								
Hélder Emanuel Teixeira Vaz	Vereador (12/01/2018 a 24/08/2018 e 14/09/2018 a 14/12/2018)								
Carla Amélia Magalhães Lousada	Vereadora a tempo inteiro (12/01/2018 a 27/04/2018 e 25/05/2018 a 14/12/2018)	27 734,71 €							
Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães	Vereadora (12/01/2018; 09/02/2018 a 09/03/2018; 13/04/2018 a 27/04/2018; 25/05/2018; 22/06/2018; 27/07/2018; 24/08/2018 e 28/09/2018 a 14/12/2018)								
Pedro Jorge Pereira de Sousa	Vereador a tempo inteiro (12/01/2018 a 14/12/2018)	27 129,22 €							
Alfredo Magalhães Silva (*)	Vereador (27/04/2018 e 11/05/2018)								
Ana Paula Martins Rego (*)	Vereadora (14/12/2018)								
Marco Filipe Vieira Gomes (*)	Vereador (08/06/2018; 24/08/2018 e 14/09/2018)								
António Carlos Queirós Barroso de Carvalho (*)	Vereador (26/01/2018; 23/02/2018; 23/03/2018; 11/05/2018; 08/06/2018 e 13/07/2018)								
Maria de Fátima Neiva Oliveira			Presidente	- €					
Leandro Vilela Campos			Tesoureiro	- €					
Catarina Micaela Magalhães Alves Ramos			Secretária	- €					
Luís Filipe Gomes Lopes					Presidente da Direção - Associação de desenvolvimento Rural Mútua de seguros e Multi-Serviços - Mútua de Basto/ Norte	- €			
Marcia Andreia Rodrigues Fonseca e Barros					1º Vogal da Direção - Município de Cabeceiras de Basto	- €			
Fernando Móises Saldanha					2º Vogal da Direção - Grupo Emiliano Saldanha Ltda.	- €			
G. Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda.							15 621,00 €	4 428,00 €	

(*) Em substituição

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das	Custos e Perdas	Exercícios 2018	Exercícios 2017	Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios 2018	Exercícios 2017
681	Juros suportados	34 860	40 362	781	Juros obtidos	0	689
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	3 644	6 966
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeir	34 384	42 630	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	458 226	34 689
	Resultados Financeiros	392 626	-40 647				
		461 870	42 344			461 870	42 344

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das	Custos e Perdas	Exercícios 2018	Exercícios 2017	Código das	Proveitos e Ganhos	Exercícios 2018	Exercícios 2017
691	Transferências de capital concedidas	681 567	733 191	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	46 025	2 939	794	Ganhos em imobilizações	23 842	42 958
695	Multas e penalidades	150		795	Benefícios de penalidades contratuais	7 165	3 537
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	200 037	101 221
697	Correcções relativas a exercícios an	48 173	29 155	797	Correcções relativas a exercícios anteriores		1 434
698	Outros custos e perdas extraordinários		21 114	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	709 721	681 798
				799	Outros proveitos		
	Resultados Extraordinários	164 849	44 550				
		940 765	830 948			940 765	830 948

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
PROVISÕES				
Para cobranças duvidosas	**146 370**	**0**	**0**	**146 370**
Débitos ao tesoureiro (anos anteriores)	146 370			146 370
Para riscos e encargos	**530 069**	**0**	**-200 037**	**330 032**
Processos judiciais em curso	530 069		-200 037	330 032

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas;

Não aplicável

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cabeceiras de Basto** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 93 052 104 euros e um total de fundos próprios de 64 139 424 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 154 787 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. Apesar de se encontrar em curso um trabalho especialmente destinado à elaboração de um estudo/dossier relativo à reflexão contabilística do património do Município, persistem limitações quanto à plenitude e rigor dos registos contabilísticos referentes ao imobilizado líquido e correspondentes subsídios ao investimento (relevados no passivo) relacionados com os ativos nele incluídos. Deste modo, consideramos que ainda não nos foi possível reunir prova de auditoria suficiente e apropriada para apurar e quantificar a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e passivo do Grupo decorrentes da situação descrita, bem como os correlativos efeitos em resultados transitados e resultado do exercício, quer ao nível das amortizações, quer ao nível dos proveitos referentes a trabalhos para a própria entidade e à imputação dos subsídios.

2. Consideramos que ainda não nos foi possível obter informação suficiente para aferir da razoabilidade do montante de proveitos registados no exercício, a título de vendas e prestação de serviços, quanto à sua validade, integralidade e cumprimento do princípio da especialização dos exercícios. Decorre da situação descrita a impossibilidade de determinar os correspondentes efeitos nos saldos de clientes e outras contas a receber, bem como aferir da possibilidade de realização dos referidos saldos.

Fl

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente

SROC 153 CMVM nº 20161463 - Capital Social 10.000,00 €

e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Sede: Praça Camão Castelo Branco, 31 - Sala 43 - 4700-209 Braga - tel. +351 253 201 300/9 - fax +351 253 201 302 - geral@sroc153.com
Avenida D. João IV, 187 - Sala 25 - 4810-531 Guimarães - tel. +351 253 439 250 - fax +351 253 439 259 - g.castro@sroc153.com

NIPC 504 038 500 - OROC nº 153 - CMVM nº 20161493 - Capital Social 100.000,00 euros

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 14 de junho de 2019

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2018

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. **Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

   a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;

   b) ainda que levando em consideração as limitações expressas na certificação legal das contas consolidadas nesta data emitida, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, que se mostraram interessados em discutir e acolher as sugestões de melhoria por nós apresentadas, bem como em efetuar diligências no sentido de suprir algumas das fragilidades/lacunas identificadas.

2. **No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,**

   a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;

   b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;

   c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico, financeiro e administrativo) instituídos e à respetiva efetividade de aplicação;

   d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado;

sede: Praça Carmo Castelo Branco, 31 - Sala 43 - 4700-206 Braga tel: (351 253 201 300/9) fax: (351 253 201 302) g.castro@sroc153.com
Avenida D. João IV, 182 - Sala 25 - 4810-531 Guimarães tel: (351 253 439 250) fax: (351 253 439 250) romeiralva@sroc153.com

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas, na qual expressamos limitações consideradas materialmente relevantes;

b) Verificamos que, de um modo geral, foram seguidas as instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e anexo consolidados.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

a) as Contas Consolidadas do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

Braga, 14 de junho de 2019

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)

sede: Praça Camilo Castelo Branco, 31 - Sala 43 - 4700-209 Braga tel. +351 253 201 300(r) fax +351 253 201 302 geral@sroc153.com
Avenida D. João IV, 187 - Sala 25 - 4810-331 Guimarães - tel. +351 253 439 250 - fax +351 253 439 250 - tomicasilva@sroc153.com